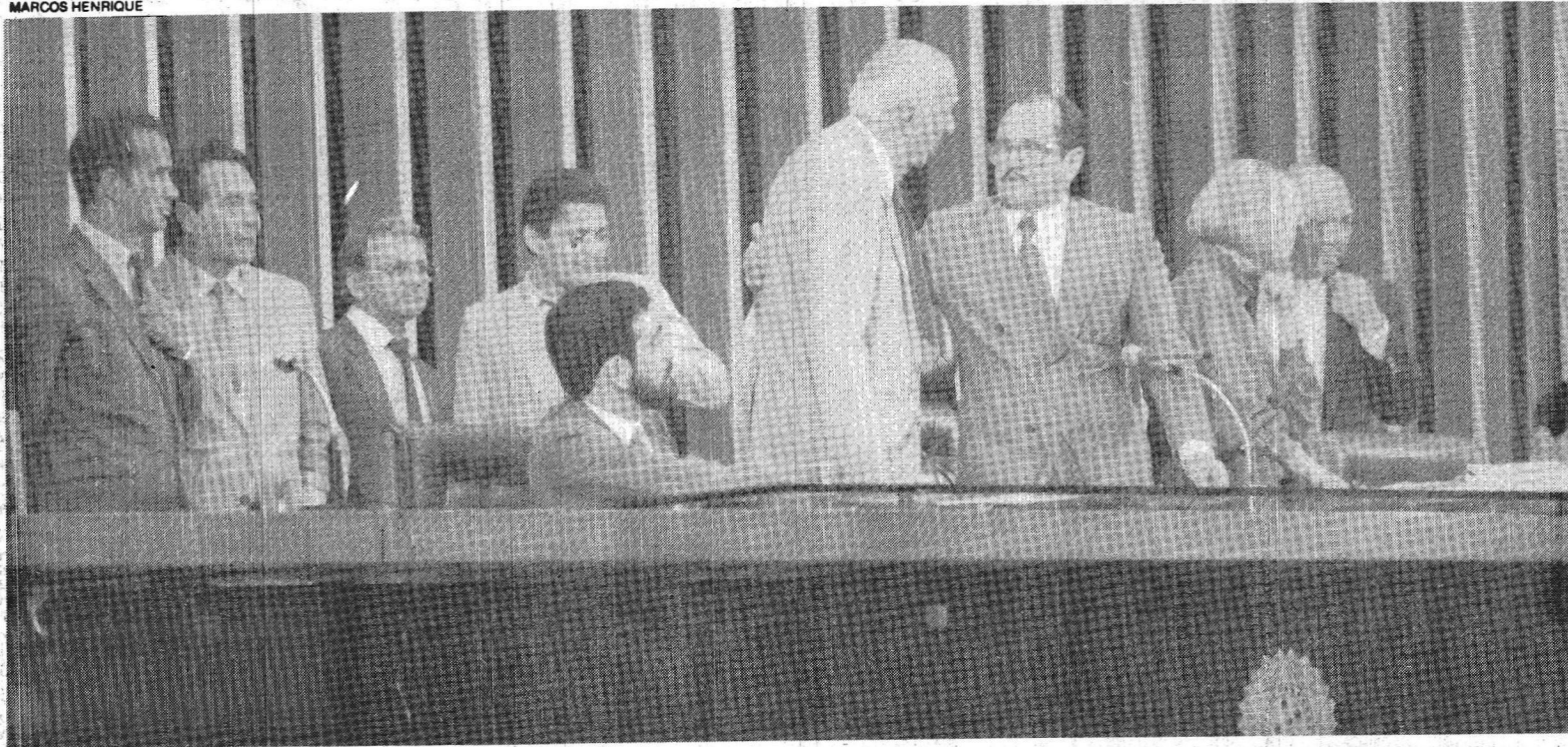


Campanha de moralização adianta leis da Carta

MARCOS HENRIQUE



Ulysses, cuja campanha à Presidência da República envolveria esforços pela moralização do Congresso, cumprimentou Paes de Andrade

Até setembro, quando se inicia o recesso branco para a sucessão presidencial, o Congresso votará 45 leis necessárias ao pleno cumprimento da Constituição Federal. A decisão foi tomada ontem, em reunião da Mesa da Câmara, quando os deputados Antônio Brito (PMDB-RS) e Nelson Jobim (PMDB-RS) alertaram para a inutilidade de o plenário estar lotado de parlamentares sem matéria para votar. "O que a população está querendo é votação. Não é plenário cheio", disse o deputado Antônio Brito.

Ele e Jobim levaram para a reunião um levantamento das leis que, a juízo dos presidentes de comissões da Câmara, são as mais urgentes para regulamentar mandamentos da Constituição. Paes de Andrade decidiu então determinar um levantamento dos projetos de lei referentes ao assunto já em tramitação na Casa e, terça-

feira, a Mesa volta a reunir-se, desta vez com os líderes partidários, para definir quais os projetos que deverão ser votados imediatamente.

Nessa mesma terça-feira, ficou decidido que a Câmara votará seu regimento interno, havendo ou não acordo de lideranças sobre a matéria. O deputado Inocêncio Oliveira, primeiro-vice-presidente, provocou uma longa discussão sobre os critérios para a escolha dos líderes da Maioria e da Minoria, uma novidade da Constituição que deverá constar do regimento. Mas mesmo que não chegue a um consenso sobre esse assunto, o regimento será votado.

Paes de Andrade decidiu também que, nas leis em que for necessária a iniciativa do Poder Executivo, pedirá ao governo que providencie logo o envio dos projetos. O presidente da

Câmara está convencido de que, com a votação dessas 45 leis, se restaurará a desgastada imagem do Congresso. Ele acha que a casação de Mário Bouchardet e Felipe Cheide, decidida há dois dias, já contribuirá para a moralização do Legislativo, mas foi alertado para a necessidade de patrocinar com urgência a votação das leis.

Entre os 45 textos que o Congresso deverá votar até setembro, estão assuntos como estabilidade no emprego, seguro-desemprego, lei da Previdência, diretrizes e bases da educação, Sistema Unificado de Saúde, Poder Judiciário, Código Tributário, Código do Consumidor, concessão de rádio e televisão, taxas de juros, capital estrangeiro, imposto sobre fortunas, Conselho da República, lei agrícola e limites para remuneração excessiva de funcionários públicos (Lei dos Marajás)